

Historiografia brasileira e meio ambiente: as contribuições de Sérgio Buarque de Holanda e o debate contemporâneo da história ambiental

Brazilian historiography and the environment: contributions by Sérgio Buarque de Holanda and the contemporary environmental history debate

Janaina Zito Losada

Professora, Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Jorge Amado/
Universidade Federal do Sul da Bahia; pesquisadora colaboradora,
Centro de Desenvolvimento Sustentável/Universidade de Brasília.
Rodovia Ilhéus-Vitória da Conquista, km 39
45613-204 – Itabuna – BA – Brasil
jjlosada@uol.com.br

Recebido para publicação em fevereiro de 2014.
Aprovado para publicação em novembro de 2014.

<http://dx.doi.org/10.1590/S0104-59702016000300003>

LOSADA, Janaina Zito. Historiografia brasileira e meio ambiente: as contribuições de Sérgio Buarque de Holanda e o debate contemporâneo da história ambiental. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.23, n.3, jul.-set. 2016, p.653-668.

Resumo

Ao longo da segunda metade do século XX, o debate historiográfico brasileiro foi profundamente marcado por Sérgio Buarque de Holanda. Na primeira década do século XXI, os problemas da identidade nacional, da ocupação do território, da organização social do Brasil e suas matrizes civilizacionais, dos limites e trocas culturais em terras interiores, das percepções e formas de apropriação da natureza, entre outros temas do autor, ainda ecoam nos estudos históricos contemporâneos. O artigo discute as contribuições das suas principais obras para a história ambiental, sobretudo as interpretações das interferências cruzadas entre sociedades humanas e o meio natural. O papel da natureza, suas metáforas, ideias ou imagens são os vestígios de uma história da historiografia brasileira.

Palavras-chave: historiografia; história ambiental; Sérgio Buarque de Holanda (1902-1982); Brasil; século XX.

Abstract

Throughout the second half of the twentieth century, Brazilian historiographical debate was profoundly marked by Sérgio Buarque de Holanda. The problems of national identity, the occupation of the land, the social organization of Brazil and its civilizatory roots, the cultural exchanges and boundaries in inland parts, the perceptions and forms of appropriation of nature, and other topics covered by the author still echo in contemporary historical research. This article discusses how his main works contribute to environmental history, especially his interpretations of how human societies and the natural environment have affected one another. The role of nature, its metaphors, ideas, or images are the evidence of a history of Brazilian historiography.

Keywords: historiography; environmental history; Sérgio Buarque de Holanda (1902-1982); Brazil; twentieth century.

As formas da narrativa em Sérgio Buarque de Holanda oferecem um passeio sem igual pelas letras da história e pelas paisagens naturais e culturais brasileiras. *Raízes do Brasil* (1995), *Caminhos e fronteiras* (1994), *Monções* (1976), *Visão do paraíso* (1969) e *O extremo Oeste* (1986) constituem marcos de uma intensa vida de trabalho intelectual e da história da historiografia brasileira do século XX.¹ O caminho que percorri pelas obras tem origem bipartite: vem das reflexões realizadas no Laboratório de Escritas e Teorias da História da Universidade Federal de Uberlândia e das realizadas, ultimamente, no Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília. A seleção das obras pretende deixar ver um autor que é a um só tempo lírico, canônico e profundamente atual. É um historiador clássico, que merece ser objeto de um debate que pode trazer inúmeras contribuições aos estudos da história ambiental.²

Para apresentar Sérgio Buarque de Holanda, chamo os professores Antonio Candido, sociólogo e crítico literário, e, Ronaldo Vainfas, historiador, em dois fragmentos textuais: o prefácio de 1967 à edição de *Raízes do Brasil*, escrito por Candido (1995), e o capítulo que Vainfas (2002) escreveu sobre a obra *Visão do paraíso*, na coletânea *Introdução ao Brasil: um banquete nos trópicos*, organizado por Leonardo Dantas Mota e publicado no ano 2000. Por meio deles chego a fragmentos da obra de Sérgio Buarque de Holanda, seus principais temas, os jogos das temporalidades observadas, os diálogos intelectuais travados e as possibilidades das suas opções narrativas. A partir desses, lanço um olhar para o estudo das obras de Sérgio propriamente ditas, nas quais surgem as intrigas e os vestígios de uma interpretação viva e requintada da história brasileira que coloca o meio natural em lugar de destaque.

Utilizo a metáfora da intriga, de Roger Chartier (1990, p.82), como um pressuposto no qual a “compreensão histórica é construída no e pelo próprio relato, pelos seus ordenamentos e composições”, uma gama imensa de leituras plausíveis expressas que podem ser desvendadas. O desvendar da intriga e o torná-la compreensível compõem o exercício da própria escrita da história e o papel do historiador. Assim, narração e explicação constituem processos intelectuais cujos objetos são os vestígios ou indícios que permitem a aferição da intriga. É, para o historiador, uma encenação, a constituição de uma cena cuja inteligibilidade se processa no que Chartier (1990, p.83) chama de “cruzamento dos vestígios acessíveis”. Vestígios e rastros³ que, carregados do desejo da verossimilhança, fornecem um panorama do meio natural e ajudam a produzir “inteligibilidades do fenômeno histórico” (p.83).

As duas obras mais citadas de Sérgio Buarque de Holanda são *Raízes do Brasil* – marco seminal de uma carreira tão longa quanto brilhante – e *Visão do paraíso* – grandiosa e grandiloquente, publicada em 1959, e que era a preferida do autor. Tais obras colocam o leitor de frente com um historiador que é um grande artífice dos documentos e das palavras.

A obra de Sérgio Buarque constitui-se em monumento. Como ensinou Jacques Le Goff (2000, p.115), os documentos não podem ser isolados dos conjuntos de monumentos dos quais fazem parte. Para respeitar essa lição, sigo aqui um roteiro determinado, do geral para o particular. O geral entendido como a perspectiva mais ampla da obra de Holanda, a narrativa e o tempo, e o particular entendido como a experiência com a natureza vivida por aqueles que informam o historiador. É isso que remete às “obras das fronteiras” – *Caminhos e fronteiras*, *Monções* e *O extremo Oeste* –, nas quais as relações indivíduos/naturezas formam o corpo e a alma do trabalho histórico.

Para perceber as intrigas buarquianas e os vestígios da natureza em sua obra, divido este texto em quatro partes. Inicialmente, é necessário refletir sobre o caráter narrativo e histórico da obra de Holanda, seus principais temas, autores e documentos que analisa, as intrigas contemporâneas que desvenda. Para tanto, busca-se: (1) caracterizar a descrição do autor sobre a sociedade brasileira em *Raízes do Brasil*; (2) refletir sobre a continuidade da erudição e da viagem como marcas dos diálogos que o autor de *Visão do paraíso* estabelece com outros intelectuais; (3) perceber as possibilidades de leituras para a história ambiental de *Raízes do Brasil* e *Visão do paraíso*; (4) analisar as obras *Monções*, *Caminhos e fronteiras* e *O extremo Oeste* e a construção de um olhar histórico crítico e erudito que tem natureza, inspiração e essência. Desejo ler as formas de escrita da historiografia brasileira a partir de um de seus mais importantes autores e a presença do meio natural em suas obras. Espera-se que tais leituras possam hoje inspirar outras escritas da história e, particularmente, da história ambiental.

As Raízes da intriga

Uma mensagem política de timbre diferenciador e radical é como Antonio Candido se reporta ao diálogo estabelecido por Sérgio Buarque de Holanda com o pensamento latino-americano. Para Candido, a construção da metodologia dos contrários adotada em *Raízes do Brasil* era prova desse diálogo. No *post scriptum* de 1986, ele defende que *Raízes* foi uma arma a abrir caminhos aos grandes movimentos democráticos (Candido, 1995, p.24). Com a intenção de analisar a vida social e política do passado e do presente, Holanda (1995, p.25), no prefácio da segunda edição, em 1947, afirma seu posicionamento político quando refere à sua fuga ao examinar “aqueles [problemas] que se relacionam com a circunstância da implantação, entre nós, de um regime de ditadura pessoal de inspiração totalitária”. Em 1947, seu desejo era compreender sua obra em sua própria historicidade.

Em *Raízes*, Holanda (1995) tece uma história sociopolítica da modernidade ibérica/europeia e americana que envolveu a formação da identidade nacional e a ela deu significação. As conformações territoriais, as zonas de fronteiras ou de transição constituíram territórios-ponte que abriam a reflexão para as experiências da formação cultural, mental, humana, das tradições, inovações e metáforas que caracterizam as paisagens buarquianas. Os princípios organizativos da sociedade, como a coesão, a hierarquia, o regramento e as respostas dadas a eles pelos homens e mulheres na forma de adaptação às novas possibilidades/limites da existência, são a linha condutora da obra. A caracterização do homem nacional/brasileiro em sua relação com o trabalho, ou mais com a indolência; a arbitrariedade e a aventura nos processos de formação das cidades; a força e energia necessárias para a construção da sociedade não se sentiram eficazmente nestas paragens, afirma ele. A mestiçagem envergonhada; a escravidão sinuosa e narcotizante; opulência e tragédia é que marcaram o *continuum* histórico nacional. Nesse *continuum*, o bacharelismo e uma arquitetura urbana lusa, assim como o patriarcalismo e o latifúndio, formaram a sociedade.

A transformação da velha nobreza rural em uma nobreza citadina e de letras foi apontada por Holanda como um evento dos tempos imperiais nos quais dom Pedro II era, com outros, pioneiro. Conta que o imperador, como tantos homens de letras, amava o prazer dos livros mais que o exercício do poder. O historiador, dito revolucionário, percebe que o exercício

do poder na monarquia só foi possível devido a uma inexperiência política do povo. Aqui, desejo me reter um minuto. Se o povo é inexperiente, é vítima, na ordem das estruturas da sociedade é, segundo o autor, o conjunto humano mais vituperado, aviltado, afrontado, repreendido, desprezado, pobre. A repulsa dos povos latinos pela hierarquia racional seria a primeira característica gerada por essa estrutura. Duas outras eram: uma resistência ineficaz a influências cosmopolitas e urbanas; e a inconsistência dos preconceitos de raça. Cabe ouvir Holanda (1995, p.186):

Aqueles pioneiros de nossa Independência e República que em 1817 não desejam em nada modificar a situação dos negros escravos, embora não reconhecessem o direito desta situação, foram de uma sinceridade que nunca mais se repetiu no decurso da nossa vida de nação. Depois deles, os políticos mais prudentes preferiram não mencionar o ponto vulnerável de uma organização que aspiravam perfeita e coerente consigo mesma, ainda quando somente no papel. Não duvidaram um único momento de que a sã política é filha da moral e da razão. E assim preferiram esquecer a realidade, feia e desconcertante, para se refugiarem no mundo ideal de onde lhes acenavam os doutrinadores do tempo. Criaram asas para não ver o espetáculo detestável que o país lhes oferecia.

Esse fragmento contém uma crítica valiosa à organização social contemporânea ao autor e à organização social do Império. Ao falar do Império, dialoga com um dos maiores temas do pensamento social brasileiro: por um lado, escravidão, por outro lado, cegueira política. Elitismo e cordialidade constituem um ponto de fuga. Afirmava que “os princípios do liberalismo têm sido uma inútil e onerosa estupefação” (Holanda, 1995, p.187), desejava “ensaiar a organização de nossa desordem segundo esquemas sábios e de virtudes provadas” (p.188), mas atentou para o universo de sensibilidades e “essências íntimas” que necessitavam reconhecimento. Utilizou para isso uma das mais importantes leis da ciência – a lei do fluxo e do refluxo, do compasso mecânico – e um dos mais significativos exercícios da arte – a construção da verossimilhança literária (Pesavento, 2005, p.75). Critica as “pobres lamentações dos intelectuais neurastênicos” (Holanda, 1995, p.187), atentando para a existência de um demônio pérfido que buscava obscurecer os olhares e os indivíduos.

Essa construção narrativa de Holanda faz com que o discurso, inicialmente de corte sociológico, ceda lugar ao discurso histórico propriamente dito, como afirma Evaldo Cabral de Mello (1995, p.192) no posfácio intitulado “Raízes do Brasil e depois”. Mas, ele faz também um discurso historiográfico profundamente político e extremamente encadeado. Supera, como em Astor Diehl (1998, p.204), a “historiografia oficial, episódica e personalista ... incrementando as formas de análise estrutural, a das mentalidades na modernização”. Dialoga com as expressões intelectuais de seu tempo.⁴ Como um arguto intelectual que conhece as “diferenças dos tempos e dos objetos” (Pécora, 2008, p.27), coloca a história a serviço dos problemas identitários nacionais.

Colóquios buarquianos sobre a história

É no exercício da observação de fontes documentais apresentadas e analisadas que Holanda (1969), em *Visão do paraíso*, cria uma história das ideias e sentidos, das concepções de paraíso e inferno, da experiência vivida nas bandas dos rios mais interiores, do papel do

meio natural em seus limites e possibilidades. É um cuidadoso estudo sobre as mais profundas referências culturais brasileiras. Das valentes guerreiras amazonas, que povoaram a descrição de frei Gaspar de Carvajal e do padre Cristóvão de Acunha, à minuciosa leitura da carta do governador Thomé de Souza, que, em 18 de junho de 1552, informa ao rei português sobre os avanços e retrocessos de sua missão de conquista, Sérgio cria imagens poderosas que persistirão na historiografia brasileira por todo o século XX, chegando à atualidade.

A escolha detalhada dos trechos de citação sobre a partilha da América e a delimitação de fronteiras já traz imediatamente à cena o papel do cosmógrafo-vassalo, do conquistador, do viajante, do escritor memorialista, informantes da intriga – indivíduos cujos vestígios se veem em relatos/diários/memórias e outros documentos variados, cuidadosamente selecionados pelo autor. Holanda é um demiurgo erudito, nas palavras de Vainfas (2002, p.25); ele rastreia mitos, identificando matrizes, percebendo as reapropriações de antigas histórias nos textos dos viajantes e cronistas. Trata-se de uma história das mentalidades antes mesmo da sua constituição como campo historiográfico; ou uma história das representações mentais, localizada no terceiro nível da estruturação social de Pierre Chaunu (Vainfas, 2002, p.28). Recordo aqui de outro terceiro “nível”, o da análise da história ambiental de Donald Worster (1991). Nele o mundo mental e intelectual constitui um objeto exclusivamente humano, mas que liga os indivíduos à natureza, no interior dos processos de sua representação, imaginação e significação. Daí a importância de reler as obras de Holanda a partir dos novos referenciais da história.

Holanda utiliza a longa duração e dialoga com os estudiosos europeus, americanos e brasileiros de sua geração. Podem-se citar a escola dos *Annales* na França; a historiografia alemã de Ernest Curtius, Gustave Droysen, Wilhelm Dilthey (Pesavento, 2005); a historiografia italiana de Arturo Graf (Vainfas, 2002). Utiliza em seus escritos textos de outros historiadores (clássicos ou seus contemporâneos). A lista incluiria Varnhagem, Capistrano de Abreu, Caio Prado Júnior, Alfred Métraux,⁵ Irving Leonard,⁶ Lucien Febvre, Fernand Braudel, Pierre Chaunu, Ronald Hepburn,⁷ Serafim Leite e Leopold von Ranke, com quem estabelece um diálogo contemporâneo, atravessado pelas leituras dos periódicos de história ingleses e norte-americanos.⁸

A intriga se aprofunda. Em Sandra Pesavento (2005, p.157) encontra-se um Holanda para quem a trivialidade das experiências descritas pode demonstrar interditos ou aqueles “ditos” que se proferem nas fronteiras e nos espaços de delimitações da cultura. Trata-se dos documentos analisados pelo autor e também se trata da obra do próprio autor.

O traçar das linhas de *Visão* mostra os caminhos fantásticos e rústicos dos processos da conquista de terras e almas ao longo da história do Brasil. Esses caminhos eram lidos na “fama das montanhas reluzentes do sertão” (Holanda, 1969, p.37). Holanda concordava com Teodoro Sampaio, demonstrando pelo menos duas grandes disputas no campo das ideias. A primeira ocorre no interior dos textos de viagens, relatos, diários, textos científicos e literários – essa disputa é simbólica, mora no universo do imaginário das fontes documentais, é uma disputa de olhares e de experiências. A outra é propriamente historiográfica: de que forma, a partir desses relatos, o historiador constrói seu discurso, ou, como se queira chamar, sua leitura/articulação/prática/versão do passado.

Holanda buscou as ideias de paraíso, dos paraísos perdidos medievais, religiosos, agradáveis, harmônicos, ajardinados, deleitosos, frugais que aparecem nos relatos de Fernão Dias, Gabriel Soares de Souza, Aleixo Garcia, Cabeza de Vaca, Cristóvão Jacques, Bartolomé de las Casas, Hans Staden, André Thevet e Cristóbal de Acuña, bem como as ideias dos seus opostos infernais.

Sandra Pesavento (s.d., p.3) afirmou que Holanda retrçou o caminho de Heródoto quando se debruçou sobre o que tinha sido relatado. Tanto o visto quanto o não visto são aí valorizados. No historiador brasileiro, os relatos versam sobre a “alma da terra” e sobre as raízes de nossa lusitanidade. A sua escrita contextual novelística também lembra o historiador do século V.

Mais uma vez, a intriga e a construção dos tipos sociais encarnam em si a teatralidade de uma história na qual figuram personagens complexos em ambientes e temporalidades variadas. Holanda estabelece diferentes olhares para o encadeamento das experiências, contudo, toma seus documentos com tal destreza que não os qualifica de forma hierárquica ou em uma escala de valores. O testemunho das cartas de Cortez é tratado com o mesmo cuidado que o testemunho da obra de Pero Magalhães Gandavo, Antônio Vieira e mesmo das Ordens Régias. O autor possibilita uma saborosa leitura da história dos documentos, considerando-os em relação aos seus sistemas de pensamento e, ao mesmo tempo, em seus conteúdos internos. Coloca a história na diacronia vertical e na sincronia horizontal de Roger Chartier (1990, p.64), lição ainda válida e desejável.

Os diálogos de Holanda com os diversos universos de pensamento de sua época e das precedentes são tão vigorosos quanto a obra que os abriga. O realismo estético de sua narrativa e o encadeamento dos temas e das imagens desenham para o leitor uma temporalidade inequívoca. A qualidade narrativa faz o leitor mergulhar nas experiências vividas ao longe, em um espaço/tempo distante, em um mundo mental entranhado pela novidade, mas também pela rotina. O processo de rotinização das sociedades em geral e da sociedade brasileira em particular representa, a um só tempo, na interpretação do autor, desleixo, descuido, falta de objetividade, pragmatismo e silenciamento. O difícil processo da colonização presente no imaginário português ou espanhol, a estruturação de nossas ideias políticas e sociais e o relato cuidadoso dos documentos criam, dessa forma, temporalidades distintas.

As obras citadas de Holanda trazem longos limites temporais: a Modernidade, desde a colonização até a República. O historiador segue as ideias, mas, sobretudo, segue seus informantes. Ao mesmo tempo, privilegia certos momentos das narrativas, o detalhe do percurso das lendas, as imagens coletadas dos discursos selecionados, a construção de imagens que ele mesmo faz para identificar as formas de ser, viver e pensar o/no Brasil. Exemplo disso seriam o “realismo pedestre”, “o sementeiro e o ladrilhador”, “o vício do bacharelismo”, “os pedagogos da prosperidade”, as “ditaduras do domínio rural” ou, ainda, a imagem que é de uma notável força sintética e crítica, a de “desterrados na própria terra”.⁹ São imagens/ideias que se tornaram quase de domínio público, tal é a frequência de sua citação nas academias.

Em 2000, *Raízes do Brasil* foi publicada na coleção “Grandes nomes do pensamento brasileiro”, da Topbooks/Publifolha, e, em 2005, teve sua 26ª edição. A obra *Visão* teve, até 1995, sete edições pela Editora Brasiliense e uma nova publicação em 2010 pela Companhia das Letras. Sucesso editorial, cânone acadêmico, essência para a discussão aqui proposta, o pensamento de Holanda suscita sempre outra e nova leitura.

Colóquios buarquianos sobre a natureza

Da necessidade de ler Holanda, uma questão se coloca: como as leituras de sua obra podem colaborar para o contemporâneo debate da história ambiental? É certo que é impossível deixar de pensar no autor em uma perspectiva da historiografia brasileira mais geral. Tornado um dos maiores intérpretes sobre as razões de nossa construção histórica, Holanda, foi “canonizado”, lido em uma obra verdadeiramente magna, compôs uma série de exercícios interpretativos, construiu conceitos, descreveu passados e indivíduos, fez desenrolar histórias que aguçaram a imaginação e explicaram os passados para muitas gerações de historiadores, de intelectuais e de leitores ávidos por compreender o país em suas configurações históricas e sociais.

Ana Maria de O. Burmester (1997, p.98), ao defender a peculiaridade do pensamento dos “inventores do Brasil” em suas preocupações convergentes, afirmou que Holanda escreveu uma história aberta, na qual “o método é privilegiado, como forma de acesso a temática” e nunca em caráter modelar.¹⁰ Obras abertas costumam permanecer atuais, pois sempre permitem novas perguntas e reflexões. Muitos são os recortes possíveis para uma leitura que tenha no mundo contemporâneo e, particularmente no mundo natural, seu ponto de partida: (a) a descrição da abertura dos caminhos pelos territórios brasileiros e a utilização/dependência civilizacional luso-brasileira em relação aos animais domesticados (Holanda, 1994, p.129); (b) a descrição da destruição sistemática e progressiva das florestas e árvores seculares e gigantescas no Brasil Central (Holanda, 1976, p.37); (c) as paisagens e o calor intenso, seguido pelas friagens e pelo vento, nos campos do sul (Holanda, 1986, p.47); (d) a descrição das borboletas e dos beija-flores nos relatos dos antigos cronistas (Holanda, 1969, p.131).

Enfim, o impacto das experiências-limite entre indivíduos e natureza nos diários das viagens terrestres e fluviais dos séculos XVIII e XIX (Holanda, 1976, p.37). A utilização desse tipo de fonte para a história ambiental já foi sugerida por José Augusto Drummond (1991, p.184). Todas as imagens descritas acima trazem a questão da natureza e das ideias que dela os historiadores e cientistas sociais produziram; voltam-se para o impacto dos caminhos e das fronteiras na construção da nossa história. Como afirmou Chiara Vangelista (2005, p.138), “as fronteiras não produzem um espaço organizado, mas itinerários de penetração, rasgos permanentes nos mapas, devidos à sobreposição geológica dos caminhos modernos sobre os ancestrais”. Camadas de fronteiras sobre fronteiras tecidas em camadas e vãos dos discursos da história.

A partir da leitura de Drummond (1991, p.181), eu poderia questionar, com certo perigo/risco de anacronismo, se Sérgio, como cientista social, deu ao ambiente natural um papel de “agente condicionador e modificador da cultura”. É evidente que as preocupações ambientais não faziam parte da agenda do autor, quer no final dos anos 1930, quer em meados dos 1950. Contudo, qual estatuto a natureza ganhou nessa visão tão profunda da experiência com a ocupação territorial e com os caminharos dos grupos humanos brasileiros por tão vasta, rica e desconhecida nação?

Conflitos acompanham, nem sempre de forma sutil, essa história. A natureza idílica é também a natureza traiçoeira (Holanda, 1986, p.44), que, na explicação do autor, seria a responsável pela insalubridade de muitos lugares e pela natureza de muitos povos indígenas. É, aqui, essencial perceber os limites epocais das interpretações sobre a sociedade e as

populações brasileiras. A bipolaridade bem/mal, expressa nessa explicação, acompanha a leitura do autor, sem, no entanto, simplificar sua interpretação. Epidemias e enchentes perturbavam a tranquilidade pública que se pretendia com a instituição de núcleos urbanos. Era a sociedade substituindo os ambientes naturais e sofrendo as consequências de sua ocupação e proximidade. Apesar de Holanda descrever esse processo com a minúcia que lhe é particular, é interessante como a leitura do sistema social não lhe permitiu estabelecer com clareza uma leitura da ecologia das cidades, das paisagens e/ou uma ecologia humana. Não era esse seu objetivo; entretanto, sua descrição permite analisar como, a partir das paisagens naturais, se construíram perspectivas identitárias para o Brasil moderno. Acompanho João Kennedy Eugênio (2008, p.425), quando descreve o autor como totem da tribo, a quem todos devemos prestar homenagens.

Se, no entanto, resgatarmos algumas leituras veiculadas em sua época, teremos em Gilberto Freyre (1987, p.131) o destaque para a barroca relação/presença brasileira no meio natural. Já nos anos 1940, Paul Arbrousse-Bastide (1960) reconheceu em Freyre o uso do termo ecologia. O tema das engenharias o levaria a perceber os problemas das águas; a consideração, nas ciências sociais, da situação biofísica da tropicalidade e da subtropicalidade, da poluição, do desenvolvimento agrícola e da qualidade de vida, o faria dialogar com o presente/passado. Não analisarei Freyre,¹¹ apenas o referencio aqui para levantar os limites e temporalidades das influências¹² nas leituras de homens de gerações conexas.

A autenticidade romântica de Holanda, em sua percepção orgânica/organicista da sociedade, repousava no movimento pendular que o lançava da simpatia monarquista para um engajamento modernista (Eugênio, 2008, p.453). A originalidade e a autenticidade brasileiras marcaram um nacionalismo no qual a racionalização e a individualização se armaram em uma história de progresso. A perspectiva de Holanda voltava-se para o futuro, repleta do desencanto com o presente, atravessada pela perspectiva surrealista de um paraíso distante, como demonstra Eugênio ao analisar as polêmicas que o envolveram com o Modernismo. Aqui, desejo ampliar essa ideia, pois, afinal, são muitos os paraísos do autor. A sua crítica à civilização por meio da crítica à história marca mais que um lugar-comum. A arte, o pensamento e a política poderiam ser os antídotos para uma época que já se medicalizava para suportar as pressões do capitalismo moderno. Desde o início dos anos 1920, o historiador apontava esse mal-estar na nossa civilização.

Era um mal-estar que, na composição do texto histórico, tornava a natureza um ambiente selvagem, por vezes repleto de riquezas e possibilidades e, ao mesmo tempo, inóspito; povoado do imaginário da riqueza, lócus do desejo de recursos inesgotáveis, mas nem sempre da prosperidade real. A descrição da paisagem edênica¹³ fascinaria sempre novas gerações e resistiria ao tempo, afirmava Sérgio (Holanda, 1969, p.169). Ele tinha razão! Desde as escrituras sagradas, as descrições simbólicas da natureza, composta de flores, animais e adornos, alegoricamente interpretados, marcam o que ele chamou de psicose do maravilhoso (p.178). A imanência da natureza no pensamento moderno é destacada frente ao pessimismo fundamental em relação ao presente (p.181). O idílico habita o passado, habita os textos dos séculos XVI ao XIX ibero-americanos estudados em *Visão do paraíso*. A mitificação que envolve esse idílio e suas concepções traça linhas que ligam Platão, Santo Agostinho, Colombo, Gândavo, Cardim, Vieira e inúmeros outros cronistas e informantes.

A ciência e a técnica também domaram a natureza e agiram nessa transformação. Das selvas perigosas se fariam pastos produtivos. O estudo do cultivo dos solos e do aumento de produtividade já se colocava nas fazendas e campos pelo país. A natureza era a essência da economia que havia sustentado a Colônia e o Império no Brasil, constituindo-se no fundamento sobre o qual se sustentou também a escravidão – o café, o ouro e a madeira.

As matrizes rurais da civilização brasileira configuram-se, para o autor, na chave explicativa das formas de viver que transformaram o engenho em um universo à parte do mundo, uma ilha autossuficiente, na qual a administração da justiça, o exercício do poder de polícia e a religiosidade eram exercidos de forma autônoma. A colonização das terras interiores do país foi um empreendimento difícil de realizar, e a transposição da natureza era parte de um processo de expansão de fronteiras que marcou de forma contínua, mas não linear,¹⁴ a experiência nacional. A abolição da escravatura aniquilou o domínio agrário, marcou o início do fim dos velhos engenhos; economicamente, foi, nas palavras do historiador, uma catástrofe. O trabalho livre, a moderna usina e o processo de urbanização alteraram as feições do Brasil. Foi a revolução lenta da modernidade, cuja abolição da escravidão seria o marco visível a separar duas épocas.

O bem geral viria do café, uma planta democrática, pelo trabalho livre e pela estabilidade liberal – era esse o discurso corrente das elites e de muitos letrados estudados por Holanda. Se não o bem geral, ele promoveria o enriquecimento de alguns, e isso poderia gerar o capital necessário para a entrada do país da modernidade. O mundo rural patrocinava sua substituição pelo moderno mundo mecanizado, industrial e urbano. Esse processo, apontava o autor, era “o caminho de nossa evolução” (Holanda, 1995, p.176).

O encaminhamento do processo da modernização, dito evolutivo, dava-se em intenso e, muitas vezes, silencioso conflito entre sociedades, indivíduos e meio natural. Tais conflitos remontam aos limites civilizacionais, em que indivíduos e natureza em interação criaram ora sociedades modernas, ora rincões atrasados. O racionalismo, que desde a Renascença desterraria os indivíduos da visão moral da natureza, segundo o autor, desenvolveu uma redução secular e temporal na sociedade ocidental. Holanda observou isso segundo o grau de utilidade no interior de um padrão social e de um imaginário burguês. Como exemplo desse processo, apontou o caso das “sociedades” de formigas e de abelhas, amparando-se nas leituras das fábulas de La Fontaine. Apesar disso, até o século XIX, as ideias de uma natureza sobrenatural ou monstruosa ainda estavam presentes no pensamento moderno.

O texto de Holanda acompanha esse vai e vem dos documentos que analisa; por isso, não é linear e nem cronológico. Ele faz com que o início e o fim da Modernidade dialoguem entre si, como a própria serpente mítica, que remete à retroalimentação do início e do fim.

A leitura de Holanda faz lembrar, de alguma forma, os escritos de Fernand Braudel sobre a paisagem da ação no tempo e o objeto das ciências sociais. Em um texto publicado pela revista *Annales* de 1958, Braudel (2009, p.81) afirma que “a realidade no estado bruto não é senão uma massa de observações por organizar”. Nesse processo puramente historiográfico, a natureza e a tentativa de domá-la são metáforas, e o historiador francês faz seu modelo “flutuar como um navio sobre as águas particulares do tempo” (p.86). Na obra de Holanda, há um princípio de incerteza a ser observado: o marinheiro, o pescador e o conquistador que alçam mares abertos e profundos ou terras desconhecidas temem não voltar para casa e

apostam errantes suas sortes e suas vidas na esperança de trazer riquezas. Mas muitos apenas cumpriam seus trabalhos e a missão que acreditavam ter.

Como Braudel ou Marc Bloch, Holanda sabia que alguns hábitos eram tão resistentes ao desaparecimento que constituíam verdadeiros sistemas de pensamentos e formas de ação. A natureza, ora em abundância, ora nos limites dos usos humanos, utilitária e romântica, configura-se em substrato para a cultura nacional. Como a Nápoles de Belarmino, personagem de Holanda (2008, p.52) no texto “A viagem a Nápoles”, de 1931, a natureza é um outro lugar, um espaço de fuga, imaginário; um espaço de memória e de entorpecimento que exige uma nova mirada sobre a vida e que pode estar, ao mesmo tempo, dentro e fora dos indivíduos.

Nas fronteiras do pensamento... um lugar

O mundo da natureza é parte da essência da história contada nos livros *O extremo Oeste* ou *Monções*. Para José Augusto Drummond (1991, p.193), nessas obras o autor tratará com “desenvoltura as variáveis ambientais como flora, fauna, topografia, solos, navegabilidade dos rios, meios de transporte, disponibilidade de alimentos”. A ideia da conquista e da constituição das fronteiras, as formas rudimentares do cotidiano, as chuvas que deixavam os caminhos encharcados e os instrumentos que as sociedades utilizavam neste processo são os elementos formativos da marcha desses heróis comuns buarquianos. A percepção da comparação da ocupação das fronteiras brasileiras e norte-americanas aproxima o historiador de uma reflexão que está no centro da história ambiental.

Buarque cita Walter Prescott Webb (1979) para refletir sobre os armamentos necessários aos texanos para ocupar os territórios e efetivar seu domínio sobre a natureza. A obra *The great frontier*, de 1951, também deixa ver o imaginário na formação das instituições que acompanharam os processos de expansão da fronteira. Webb traz quatro elementos para a análise da história norte-americana, em particular, e moderna, de forma geral (1) população, (2) terra, (3) ouro e prata, (4) coisas e *commodities*. São elementos que se associam na formação de uma sociedade inteiramente distinta, organizada no espaço transitório da formação das fazendas e núcleos urbanos no distante oeste. Com isso, enriqueceu a reflexão sobre as fronteiras na historiografia norte-americana, iniciada com Friedrick Jackson Turner (1990), na virada do século XIX para o XX.¹⁵

A experiência radical dos indivíduos em fronteira e os processos de adaptação às condições duras do meio ambiente é um dos pontos de contato encontrados entre as obras de Holanda e de Turner no instigante trabalho *A conquista do Oeste: a fronteira na obra de Sérgio Buarque de Holanda*, de Robert Wegner (2000).¹⁶ No estudo das composições buarquianas, Wegner encontra inúmeras aproximações turnerianas. Destaco aqui três delas: (1) a explicação situacional que mescla nos trópicos lusitanos a adaptação e a lentidão e é metaforizada por Holanda no couro animal que, trabalhado, modifica seu formato, mas carrega em si as marcas de sua originalidade; (2) a válvula de segurança representada pela existência de terras livres a ser ocupadas por uma população oriunda de espaços já saturados e que constituem as fronteiras; (3) a coragem tranquila dos aventureiros conquistadores que, entre ócios e negócios, estabelecem um ritmo particular de civilização e sociedade. Há uma naturalização explicativa, que organiza em um

mesmo tripé, terras ditas livres, indivíduos tidos como tranquilos aventureiros e negócios associados aos prazeres do ócio. Uma imagem plástica para uma colonização voraz.

Os registros de viajantes e outros homens e mulheres de fronteiras sobre seu contato com o meio natural têm sido utilizados largamente na construção de uma história que busca perceber indivíduos que exemplificam determinadas regiões e nações. É com essa tradição memorialista/historiográfica que Holanda dialoga. Ricamente documentado com textos seiscentistas e setecentistas, o autor brasileiro desvela a devastação das invasões dos bandeirantes paulistas, demonstra os “visíveis sinais de derrubadas e queimadas” (Holanda, 1976, p.44), ao longo dos antigos caminhos do sertão, e faz, assim, uma história igualmente particular das nossas fronteiras e paisagens.

Em *O extremo Oeste*, a sensação da ameaça é constante. Indígenas são tomados como gentios, “infestam” os caminhos e castigam os sertanistas que se arriscam em uma luta desigual, já que, como descreve Holanda, com base em documentos de viajantes, poucos indígenas eram capazes de acabar com uma tropa de quinhentas armas de fogo. Cita documentos quase sempre oficiais, como a notícia de 1730, do capitão Antonio Pires de Campos. Nela, consta que alguns indígenas no século XVIII já dominavam os cavalos e com eles combatiam, armados de poderosas lanças, e que eram fortes e ligeiros. As flechas, produtos do meio e da cultura local, eram mais eficientes do que as pesadas e lentas armas europeias (Wegner, 2000, p.151).

Segundo outras descrições citadas por Sérgio, os indígenas quase exterminaram os espanhóis nos campos paraguaios. Holanda constrói o herói europeu ou descendente que inicialmente se adapta às condições do meio natural e depois o transforma às suas necessidades sociais. O anti-herói, em sua história, é o indígena, este belo, mas rude, aquele bravo, porém, civilizado. Os informantes de sua história falavam de um universo similar de interpretação e experiência, um universo comum de percepção e expectativa. Nele, a complexidade da formação nacional, sempre observada pelo historiador, cede a uma batalha de ocupação que pressiona as fronteiras do Estado português e brasileiro e marca os distanciamentos e a violência próprios deste espaço conflitivo. Em *O extremo Oeste*, a conquista dos sertões pelos portugueses marca uma cultura em movimento – o autor mapeia a história.

Em *Monções*, essa mesma cultura se move pelo sertão, que é descrito como remoto, distante e rústico. O transporte para as terras interiores era penoso e perigoso, as fortes correntezas dos rios viravam as embarcações, as cachoeiras eram difíceis de varar, e os labirintos de canais estorvavam a navegação. Os relatos citados descreviam as gentes e as culturas, mas também descreviam a fauna, a flora e os produtos naturais das localidades visitadas pelos informantes escolhidos.

Holanda destaca o êxtase com que escreviam os viajantes quando se deparavam com a profusão da caça e do pescado; era dos bugios, jacarés, tatus, jacutingas, macucos e mutuns que se alimentavam as expedições aos rios das fronteiras. Inevitável a lembrança de Turner (1990, p.239), para quem as margens dos inventários dos cronistas deixam ver a presença dos animais do continente, “um mundo que levou milhões de anos para se formar” e que “desapareceu no estômago voraz e insaciável de uma civilização estranha”. Os animais não humanos que ao mesmo tempo fartavam e incomodavam os expedicionários. Holanda descreve o tormento dos mosquitos e o perigo das piranhas, que, segundo os relatos, “ouviasse falar”, castravam os sujeitos que adentrassem determinados rios.

Essa obra traz como anexos quatro documentos. Deles dois se referem às ordens dadas a expedições no século XVIII: o terceiro se constitui de ofício que dá conta dos meios de comunicação fluvial entre a capitania do Mato Grosso e outras, cujas ordens principais se referiam à extração da quina;¹⁷ e o último é uma memória de 1802, enviada à Real Academia de Ciências de Lisboa, sobre as três capitanias das “minas”, seus metais e formas de extração.

No tocante às descrições da fauna feitas por viajantes, tema de particular interesse, pode-se afirmar que a obra *Visões*, em seu maravilhoso universo de ideias circulantes, é referencial. Nela, alguns animais e sua força simbólica são retomados. Veja-se o caso das serpentes. A serpente é, no imaginário ocidental, símbolo da sabedoria, da sensatez e da velhice, podendo também servir ao demônio. É o símbolo da ordem cósmica que devora a própria cauda e que marca o pensamento barroco e renascentista, um animal profético. Há serpentes no deserto; serpentes que carregam as almas humanas; serpentes que são o próprio todo-poderoso. Essas são algumas das imagens descritas por Sérgio. As metáforas animais envolviam as serpentes, mas também os dragões, que significaram a medida do sublime na relação de grandeza e formosura. Provocavam medo e êxtase no imaginário ocidental. Marcaram de forma indelével as formas de observação e a experiência dos indivíduos com o meio natural. A raridade dos prodígios da natureza fez os modernos desprezarem as cores, os sons, as formas de animais que habitaram este espaço fronteiro entre o real e o imaginário. Em alguns casos, os animais reais, como a serpente, cujo imaginário impunha medo, no contato com a realidade mostravam-se indefesos aos ataques famintos dos viajantes e saborosos ao seu paladar. Por seu exotismo, os papagaios e outros pássaros também se tornaram objetos apreciados de caça.

O paraíso seria, na recuperação das ideias do autor, repleto de papagaios e outras aves que habitariam a todo-poderosa árvore da vida. Colibris, unicórnios e tamanduás compunham a cena descrita por Holanda (1969, p.217); para ele, a natureza “se acha impregnada de mistérios e significações encobertas”, da razão divina ou dos sentimentos humanos. Os bichos serviram para manifestar as culturas, metaforizaram éticas humanas, significaram a harmonia e a desarmonia do universo conhecido e sonhado. Ao lado da ideia de descobrimento, essa visão de paraíso promoveu uma naturalização da nossa história (Oliveira, 2000, p.40), sendo que no pensamento buarquiano o louvor presente na construção simbólica religiosa esteve também no âmago da produção do pensamento científico, pois atravessou toda a construção do pensamento moderno. Ao tomar um dos escritos da juventude do autor na revista modernista *Estética* (Holanda, 1996), encontra-se uma construção que diz muito a respeito das formas do pensamento e da escrita crítica que o acompanhará ao longo da vida. Nesse ensaio, afirmou a necessidade de buscar a nossa história nas expedições armadas pelas inexploradas regiões dos nossos muitos paraísos e teceu uma leitura em que a arte poética era entendida como uma declaração dos direitos do sonho. E experimentando o surrealismo,¹⁸ Holanda (p.215) escreve que apenas “a noite” enxergaríamos “claro”.

Considerações finais

Desde Droysen, no historicista século XIX, a história foi a compreensão da passagem do homem pelo mundo.¹⁹ As relações cruzadas dos seres humanos com os elementos e seres

do mundo natural formam uma reflexão relativamente jovem. Uma obra que pode ser vista como divisor de águas é *Silent spring*, de Rachel Carson (1962), que, ao trazer o silêncio dos animais em uma fatídica primavera, desvelou os impactos dos herbicidas e outros venenos produzidos pela ciência e tecnologia humanas e, como afirmou Regina Horta Duarte (2005a, p.20), teve um “efeito de farofa no ventilador do otimismo desenvolvimentista”. O peso das ações humanas, há séculos sentido, documentado e tema de outras ciências, foi transformado em objeto para os historiadores e outros humanistas. Nesse movimento, encontra-se Sérgio Buarque de Holanda. Nele, o pensamento social brasileiro, a história e a natureza (real ou imaginária) se entrelaçam.

Na leitura das obras de Sérgio, o cosmopolitismo e a contemporaneidade formam uma bem amarrada narrativa histórica. Embebido em uma trajetória intelectual larga, diversa e revolucionária, não se deixou cair nas explicações deterministas. Os múltiplos diálogos em que se envolveu tocaram vários campos do saber, notadamente a história, a crítica literária, a antropologia, a geografia e a sociologia, apresentando um saber múltiplo e complexo, que faz lembrar, no campo das humanidades, seus informantes naturalistas – indivíduos que vivem épocas de fronteiras do conhecimento e que, de forma perspicaz e densa, revelam as ideias circulantes em seus mundos e, no caso de Sérgio, com fina ironia e decidido incômodo político, fazem a crítica. Como discurso, como análise, como interpretação e como relato, seus livros e textos tornam-se marcos indispensáveis para o pensamento contemporâneo. Neles, buscamos a presença do meio natural e nos deparamos com as experiências e as fronteiras do país e das espécies, da relação violenta e naturalizada dos usos e abusos da natureza.

As histórias de Sérgio, lidas em sua heurística, crítica e hermenêutica, desenraizam-no do cânone literário. Ao tomá-lo como síntese de uma história das ideias e do pensamento social, que permite perceber as naturezas que ocuparam e ocupam o imaginário, e as preocupações deste recém-inaugurado século XXI, espera-se despertar o desejo para mais uma leitura do autor.

AGRADECIMENTOS

Este trabalho teve o apoio do CNPq, por meio da concessão de uma bolsa de pós-doutorado júnior. Agradeço os comentários de Eunice Sueli Nodari, Ely Bergo de Carvalho, Haruf Espindola, Ricardo Figueiredo e Carolina Marotta, por ocasião do primeiro Colóquio Mineiro de História Ambiental, Universidade Federal de Minas Gerais, abril de 2013, e, principalmente, agradeço as leituras cuidadosas de José Augusto Drummond, Marco A.C. Sávio, Rafaela Lunardi e dos pareceristas desta revista. Dedico esta reflexão aos alunos de história da historiografia brasileira das Faculdades de Ciências Integradas do Pontal/Universidade Federal de Uberlândia e aos companheiros do Laboratório de Escritas e Teorias da História desta universidade.

NOTAS

¹ Essas obras foram lançadas em 1936 (*Raízes do Brasil*), 1945 (*Caminhos e fronteiras*), 1956 (*Monções*), 1958 (*Visões do paraíso*) e 1986 (*O extremo Oeste*).

² Desde o final dos anos 1970, experimentos historiográficos têm forjado a institucionalização da história ambiental, por meio da organização de associações (American Society for Environmental History, 1977; European Society for Environmental History, 1979; Sociedad Latino-americana e Caribeña de Historia Ambiental, 2004), da publicação de revistas (*Environmental History Review*, 1976; *História ambiental latino-americana e caribenha*, 2010); e dos convites ao seu exercício feitos por Donald Worster, William Cronon, Warren Dean, Joan Radkau, Manoel Gonzáles de Molina, Reinaldo Funes, José Augusto Drummond, Stefania Gallini, Regina Horta Duarte, Paulo Henrique Martinez, Guillermo Castro entre outros. Ver Drummond (jan. 2002); Duarte (2005a); Martinez (2006); Pádua (2010).

³ Sobre rastros e provas em história, ver Ginzburg (2002).

⁴ Ver Gomes (1993) e Vainfas (1998). Sobre o tema, também a cinebiografia dirigida por Nelson Pereira dos Santos (Raízes..., 2003) deixa ver muitos rastros do autor e de seus universos de circulação e de pensamentos.

⁵ Alfred Métraux (1902-1963), antropólogo suíço, teve uma carreira bastante intensa, trabalhando em universidades e museus na América Latina e na Europa, atuando também ativamente nas Nações Unidas, em defesa dos direitos humanos.

⁶ Irving Leonard (1896-1962): historiador e tradutor norte-americano, especialista em arte. Autor de *Books of the Brave* (1949), *Baroque times in old Mexico: seventeenth-century persons, places and practices* (1959).

⁷ Ronald W. Repburn (1907-2008), filósofo e professor britânico. Trabalhou nas Universidades de Nottingham e Edimburgo. As suas obras versam sobre fenomenologia, literatura, estética, religião e experiência moral.

⁸ *Journal of the History of Ideas; Science, Medicine and History*, e *The New Cambridge Modern History*.

⁹ A ideia da identidade brasileira marcada por um tipo de experiência de expulsão, de retirada, de exílio, já havia aparecido, ainda que com outra forma, em Euclides da Cunha – “expatriamento dentro da pátria”, como se pode ver em Elias Thomé Saliba (2012, p.259). Sobre a reflexão a respeito do exílio na obra de Holanda em sua relação com a literatura brasileira, ver Rocha (2008).

¹⁰ Nesse mesmo sentido, Arno Wehling (2008, p.391) alerta que não espere o leitor um tratamento metodológico de seus temas, “é preciso fazer-lhe uma exegese da obra para daí extrair os princípios teóricos metodológicos que a embasam”.

¹¹ Para aprofundar essa reflexão, ver Froehlich (2000) e Duarte (2005b, p.125-147).

¹² A antropologia e os estudos das culturas permitiriam maior abertura para a percepção da relação homem e meio natural que a própria história – esse seria o passo da geração seguinte de historiadores. Ver Duarte (2003).

¹³ Sobre o tema, ver Carvalho (1998, 2003). Ulpiano Bezerra de Meneses (2002, p.41) afirma que é no campo “de identidades e de processos identitários que a paisagem mais tem sido mobilizada, sendo indescritível o papel que ela desempenhou na fixação das identidades nacionais”, preenchendo simbolicamente os vazios deixados pela desvalorização das sociedades humanas no Brasil.

¹⁴ Em um estudo publicado nos EUA em 2006, David McCreery utiliza as expressões *hollow frontier* e fronteira “queijo-suíço” para designar as estruturas que assumem as fronteiras, principalmente do café, no centro-sul do Brasil ao longo do século XIX.

¹⁵ *The frontier in American history* (1920). Dessa historiografia também cito Roderick Nash (1967), com *Wilderness in American mind*, Alistair Henessy (1978) com *The frontier in Latin American history* e ainda, na década de 1980, Richard Slatta, com *Historical frontier imagery in America*. Agradeço a José Augusto Drummond e José Luis de Andrada Franco a sugestão dessa literatura. Sobre Turner, ver Bougue (1988).

¹⁶ Agradeço a preciosa sugestão de leituras feita pelo parecerista desta revista.

¹⁷ Refere-se à busca de espécies similares à *Chinchona officinalis* peruana, provavelmente à *Strychnos pseudoquina* descrita mais tarde por August de Saint-Hilaire, cuja ocorrência se dá em regiões de cerrado, mas também pode estar se referindo à *Coutarea hexandra* e outras pseudoquinas (*Solarum pseudoquina*) com dispersão irregular em território brasileiro, em regiões de várzeas e florestais úmidas. Essas *quina-quinas* ou também a quina do mato (*Chinchona ferruginea*) de Martius foram objeto de largo interesse científico. Ver Santos, Pinto (2012). Seu amplo uso medicinal tornou essas espécies objeto comercial de grande circulação nos séculos XVIII e XIX. Ver Marques (1999).

¹⁸ Ver Ponge (2004).

¹⁹ Ver Rüdiger (2010).

REFERÊNCIAS

ARBROUSSE-BASTIDE, Paul.
Prefácio. In: Freyre, Gilberto. *Um engenheiro francês no Brasil*. v.1. Rio de Janeiro: José Olympio. p.1-27. 1960.

BOUGUE, Allan G.
Frederick Jackson Turner: strange roads going

down. Norman: University of Oklahoma Press. 1988.

BRAUDEL, Fernand.
Escritos sobre a história. Tradução Jacob Guinsburg, Tereza Cristina Silveira da Mota. São Paulo: Perspectiva. 2009.

- BURMESTER, Ana Maria de O.
A (des)construção do discurso histórico: a historiografia brasileira dos anos 70. Curitiba: Aos Quatro Ventos. 1997.
- CANDIDO, Antônio.
O significado de “Raízes do Brasil”. In: Holanda, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras. p.9-21. 1995.
- CARSON, Raquel.
Silent spring. Boston: Houghton Mifflin. 1962.
- CARVALHO, José Murilo.
Teatro de sombras: a política imperial. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2003.
- CARVALHO, José Murilo.
O motivo edênico no imaginário social brasileiro. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v.13, n.38, 1998. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v13n38/38murilo.pdf>. Acesso em: 2 abr. 2010. 1998.
- CHARTIER, Roger.
A história cultural: entre práticas e representações. Tradução Maria Manuela Galhardo. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 1990.
- DIEHL, Astor Antonio.
A cultura historiográfica brasileira: do IHGB aos anos 1930. Passo Fundo: Ediupf. 1998.
- DRUMMOND, José Augusto.
Por que estudar a história ambiental do Brasil? *Varia História*, n.26, p.13-32. jan. 2002.
- DRUMMOND, José Augusto.
A história ambiental: temas, fontes e linhas de pesquisa. *Estudos Históricos*, v.4, n.8, p.177-197. 1991.
- DUARTE, Regina Horta.
História e natureza. Belo Horizonte: Autêntica. 2005a.
- DUARTE, Regina Horta.
Com açúcar, com afeto: impressões do Brasil em “Nordeste” de Gilberto Freyre. *Tempo*, v.10, n.19, p.125-147. 2005b.
- DUARTE, Regina Horta.
Nature and historiography in Brazil (1937-1945). *Iberoamericana*, v.3, n.10, p.23-36. 2003.
- EUGÊNIO, João Kennedy.
Um horizonte de autenticidade: Sérgio Buarque de Holanda: monarquista, modernista, romântico (1920-1935). In: Monteiro, Pedro Meira; Eugênio, João Kennedy (Org.). *Sérgio Buarque de Holanda: perspectivas*. Campinas: Editora da Unicamp; Rio de Janeiro: Eduerj. p.425-459. 2008.
- FREYRE, Gilberto.
Homens, engenharias e rumos sociais. Rio de Janeiro: Record. 1987.
- FROEHLICH, José Marcos.
Gilberto Freyre, a história ambiental e a “rurbanização”. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, v.7, n.2, p.283-303. 2000.
- GINZBURG, Carlo.
Relações de força: história, retórica, prova. Tradução Jônatas Batista Neto. São Paulo: Companhia das Letras. 2002.
- GOMES, Angela de Castro.
Essa gente do Rio... os intelectuais cariocas e o modernismo. *Estudos Históricos*, v.6, n.11, p.62-77. 1993.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de.
A viagem a Nápoles (1931). In: Monteiro, Pedro Meira; Eugênio, João Kennedy (Org.). *Sérgio Buarque de Holanda: perspectivas*. Campinas: Editora da Unicamp; Rio de Janeiro: Eduerj. 2008.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de.
Perspectivas. In: Holanda, Sérgio Buarque de. *O espírito e a letra: estudos de crítica literária, I: 1902-1947*. Organização, introdução e notas de Antonio Arnoni Prado. São Paulo: Companhia das Letras. p.214-218. 1996.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de.
Raízes do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras. 1995.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de.
Caminhos e fronteiras. Companhia das Letras. 1994.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de.
O extremo Oeste. São Paulo: Brasiliense; Secretaria do Estado da Cultura. 1986.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de.
Monções. São Paulo: Alfa-Ômega. 1976.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de.
Visão do paraíso: motivos edênicos do descobrimento e colonização do Brasil. São Paulo: Companhia Editora Nacional; Edusp. 1969.
- LE GOFF, Jacques.
História e memória. v.2. Tradução Rui Oliveira. Lisboa: Edições 70. 2000.
- MARQUES, Vera Regina Beltrão.
Natureza em boiões: medicina e boticários no Brasil setecentista. Campinas: Editora da Unicamp. 1999.
- MARTINEZ, Paulo Henrique.
História ambiental no Brasil: pesquisa e ensino. São Paulo: Cortez. 2006.

MCCREERY, David.

Frontier Goiás, 1822-1889. Stanford: Stanford University Press. 2006.

MELLO, Evaldo Cabral de.

“Raízes do Brasil” e depois. In: Holanda, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras. p.189-193. 1995.

MENESES, Ulpiano Bezerra de.

A paisagem como fato cultural. In: Yázig, Eduardo (Org.). *Turismo e paisagem*. São Paulo: Contexto. p.29-64. 2002.

OLIVEIRA, Lucia Lippi.

Americanos: representações da identidade nacional no Brasil e nos Estados Unidos. Belo Horizonte: Editora UFMG. 2000.

PÁDUA, José Augusto.

As bases teóricas da história ambiental. *Estudos Avançados*, v.24, n.68, p.81-101. 2010.

PÉCORÁ, Alcir.

A importância de ser prudente. In: Monteiro, Pedro Meira; Eugênio, João Kennedy (Org.). *Sérgio Buarque de Holanda*: perspectivas. Campinas: Editora da Unicamp; Rio de Janeiro: Eduerj. p.23-27. 2008.

PESAVENTO, Sandra (Org.).

Um historiador nas fronteiras: o Brasil de Sérgio Buarque de Holanda. Belo Horizonte: Editora UFMG. 2005.

PESAVENTO, Sandra (Org.).

Paraísos cruzados: diálogos do encantamento e do desencantamento do mundo (Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda). Disponível em: http://www.siarq.unicamp.br/sbh/paraissos_cruzados.pdf. Acesso em: 16 mai. 2011. s.d.

PONGE, Robert.

Notas sobre a recepção e presença do surrealismo no Brasil nos anos 1920-1950. *Alea*, v.6, n.1. p.53-65. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-106X2004000100005&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 10 set. 2014. 2004.

RAÍZES...

Raízes do Brasil: uma cinebiografia de Sérgio Buarque de Holanda. Direção: Nelson Pereira dos Santos. Brasil: Estação Filmes. 148 min. 2003.

ROCHA, João César de Castro.

O exílio como eixo: bem-sucedidos e desterrados. In: Monteiro, Pedro Meira; Eugênio, João Kennedy (Org.). *Sérgio Buarque de Holanda*: perspectivas. Campinas: Editora da Unicamp; Rio de Janeiro: Eduerj. p.245-266. 2008.

RÜDIGER, Francisco.

Paradigmas do estudo da história. Porto Alegre: Gattopardo. 2010.

SALIBA, Elias Thomé.

Cultura: as apostas na República. In: Schwarcz, Lília Moritz (Coord.). *A abertura para o mundo, 1889-1930*. Madrid: Fundação Mapfre; Rio de Janeiro: Objetiva. 2012.

SANTOS, Nadja Paraense dos; PINTO, Angelo da Cunha.

A mata é sua farmácia: a pesquisa de plantas brasileiras para o combate de doenças tropicais no século XIX. *Revista Virtual de Química*, v.4, n.2, p.162-172. Disponível em: <http://www.uff.br/RVQ/index.php/rvq/article/viewFile/272/237>. Acesso em: 13 nov. 2013. 2012.

TURNER, Frederick Jackson.

O espírito ocidental contra a natureza: mito, história e terras selvagens. Tradução José Augusto Drummond. Rio de Janeiro: Campus. 1990.

VAINFAS, Ronaldo.

Sérgio Buarque de Holanda: “Visão do paraíso”. In: Mota, Lourenço Dantas (Org.). *Introdução ao Brasil*: um banquete nos trópicos. São Paulo: Editora Senac. p.27-42. 2002.

VAINFAS, Ronaldo.

Sérgio Buarque de Holanda: historiador das representações mentais. In: Candido, Antonio (Org.). *Sérgio Buarque de Holanda e o Brasil*. São Paulo: Editora da Fundação Perseu Abramo. p.49-57. 1998.

VANGELISTA, Chiara.

“Sua vocação estaria no caminho”: espaço, território e fronteira. In: Pesavento, Sandra (Org.). *Um historiador nas fronteiras*: o Brasil de Sérgio Buarque de Holanda. Belo Horizonte: Editora UFMG. p.107-142. 2005.

WEBB, Walter Prescott.

The great frontier. Austin: University of Texas Press. 1979.

WEGNER, Robert.

A conquista do Oeste: a fronteira na obra de Sérgio Buarque de Holanda. Belo Horizonte: Editora UFMG. 2000.

WEHLING, Arno.

Notas sobre a questão hermenêutica em Sérgio Buarque de Holanda. In: Monteiro, Pedro Meira; Eugênio, João Kennedy (Org.). *Sérgio Buarque de Holanda*: perspectivas. Campinas: Editora da Unicamp; Rio de Janeiro: Eduerj. p.387-397. 2008.

WORSTER, Donald.

Para fazer história ambiental. *Estudos Históricos*, v.4, n.8, p.198-215. 1991.